

Cultura, mundo-vivido e território

Lurdes Bertol Rocha

Professora do curso de Geografia do Departamento de Ciência Agrárias e Ambientais (DCAA) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Sergipe.

lurdesbertol@hotmail.com

Maria Geralda Almeida

Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

galmeida@iesa.ufg.br

RESUMO

O artigo em pauta procura fazer uma análise dos fenômenos geográficos numa abordagem cultural, concebendo o território como lugar do mundo-vivido. Na Geografia Cultural, território não é categoria enquanto elemento de apropriação. Diferencia-se do território ratzeliano compreendido como área delimitada. Diferencia-se da análise dentro da Geografia Crítica em que o vivido é definido pelas relações de trabalho. Na Geografia Cultural, território é o lugar do vivido a partir do percebido e do concebido, ou seja, do mundo-vivido. Cultura, nessa acepção, é definida pelas relações históricas de um povo, que dão sentido ao mundo vivido num território que se torna lugar.

INTRODUÇÃO

Ao se pensar cultura, mundo-vivido e território, temos uma visão de conjunto, isto porque uma coisa não existe sem a outra. Temos a visão e a compreensão do todo. Ao falar ou ao escrever sobre o assunto, somos cartesianos, pois não há como falar num conjunto, no todo. Enquanto em pensamento é visão e compreensão simultâneas, ao escrever, apresentar, comunicar, os fatos são sucessivos. Neste artigo, a intenção é discutir cultura, mundo-vivido e território, de forma a dar a entender, da melhor forma possível, a visão do todo. No entanto, foi necessário discutir cada tema em separado, pois, em uma apresentação, não há como tratá-los num conjunto, já que o pensamento, por ser abstrato, percebe o todo, mas na forma concreta do real, do escrito, do apresentado, do falado, os temas, as coisas aparecem em separado, de forma sucessiva. Vemos cada coisa de vez. Falamos cada coisa de vez. Escrevemos cada coisa de vez. Pensamos o todo. É a contradição. Mas é através dela que o mundo é compreendido.

CULTURA E GEOGRAFIA CULTURAL

No final do século XIX e início do século XX a Geografia européia já se ocupa da dimensão cultural da sociedade. O foco central do interesse dos geógrafos europeus, neste período, está centrado no resultado da ação humana responsável pela alteração da paisagem natural. Era essa alteração que produzia cultura, caracterizada por um gênero de vida, resultante das relações de um determinado grupo humano e a natureza. Nos Estados Unidos a Geografia Cultural ganha identidade através das obras de Carl Sauer e seus discípulos, a qual está ancorada no historicismo. A partir do final da década de 1970 e na década de 1980, a Geografia sob a abordagem cultural inicia um processo de renovação, quando sofre diversas influências. Entre essas influências, contam-se, além da “tradição saueriana e do legado vidaliano (...) a influência das filosofias do significado, especialmente da fenomenologia, e do denominado materialismo cultural de Raymond Williams” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p. 12).

No final do século XIX domina na Geografia a perspectiva material, na qual os seres humanos são considerados produto do meio. A ciência geográfica contenta-se com “a tipologia das paisagens e com o inventário das combinações produtivas (gênero de vida, ou modos de produção), que permitem explorar o ambiente” (CLAVAL, 2001, p. 41). A partir dos anos oitenta do século XX, aborda-se, na Geografia, a dialética das relações que ocorrem no espaço, as relações com o meio ambiente e com o papel das paisagens. Esta Geografia é a Geografia Cultural.

Na realidade, não existe uma Geografia Cultural. O que existe é uma visão geográfica de mundo sob o enfoque da cultura, como poderia ser sob o enfoque da economia, dos aspectos físicos, dos aspectos climáticos, e assim sucessivamente. Admitir a ciência geográfica subdividida em compartimentos a partir de sua adjetivação, seria o mesmo que aceitar que existem tantas Nossas Senhoras quanto seus cognomes (de Fátima, de Lourdes, da Conceição, do Bom Parto, etc.), ou tantos Jesus quanto seus apelidos (Menino Jesus de Praga, de Nazaré, Senhor do Bonfim, entre outros).

Até o aparecimento da Escola de Berkeley, liderada por Carl O. Sauer, nos Estados Unidos, os fatos da cultura são tratados em seu aspecto material, constituídos por objetos criados pelos grupos humanos, pelos seus gêneros de vida, através dos quais criam e transformam as paisagens. É a visão naturalista na Geografia, herdada do darwinismo. Nesta forma de tratar os fatos culturais, não são levadas em conta as atividades mentais dos que detêm a cultura e “nem das relações que se desenvolviam entre si em tal ou tal lugar” (CLAVAL, op. cit. p. 35). Ainda de acordo com o mesmo autor, a modernização da Geografia Cultural advinda do final do século XIX ocorrerá em fins da década de 1950, estendendo-se pela de 1960. A nova geografia “de inspiração econômica, dedica-se à localização das atividades humanas” acreditando que os “atores geográficos são perfeitamente racionais e procuram maximizar as rendas que extraem de suas atividades e os ganhos assegurados por seus recursos”. Alguns geógrafos, contudo, como Wirth e Planhol, consideram tal visão muito simplificadora, pois, para eles “a lógica do comportamento humano não é universal, depende das crenças religiosas ou filosóficas” (ibidem, p. 36-37).



Não é fácil definir cultura, visto ter inúmeros significados em diversos contextos, inserida em diferentes territórios. O conceito de cultura mais aceito pela Geografia é o da Antropologia Cultural, pois esta reconhece que os seres humanos vivem num mundo que foi construído por eles mesmos e nele encontram significado. A cultura é constituída pelo mundo cotidiano vivido por todos nós e onde todos nos movimentamos, relacionando-nos entre nós e com o entorno. Este mundo vivido acontece num território, cujas territorialidades se definem pelas diferenças culturais e onde o poder se manifesta.

Os grupos humanos possuem símbolos, língua, costumes, religião, crenças que os distinguem uns dos outros. A diferença é que faz a beleza do mosaico dos povos. Normalmente, cada grupo com características culturais diferentes dos outros, habita um território contínuo com suas diversas territorialidades onde o poder é exercido, onde seu mundo é vivido, percebido e concebido. Essas diferenças é que constituem a cultura, que se manifesta através de uma linguagem verbal, com suas músicas, língua, mitos, lendas, crenças, e não-verbal, com seus símbolos, ícones e índices.

A cultura, mais do que isso, é o resultado da capacidade que os seres humanos têm de se comunicar entre si por meio de símbolos (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 28). Estes símbolos são representações de suas crenças, superstições, usos, costumes, língua, religião, que faz com que as pessoas de determinado grupo entabulem conversas, criem modos de vida, construam suas casas, seus jardins, suas estradas, suas lavouras, suas cidades, suas indústrias, seu cotidiano. A cultura é o resultado natural da interação entre o homem e a natureza e do homem com seus semelhantes, podendo ser compreendida como um processo de produção da própria existência humana. A cultura é o resultado de seu mundo de acordo como o vivem, o percebem e o concebem.

De acordo com Laraia (2004, p. 25-28), o termo cultura surge no século XVIII, na Alemanha (*kultur*), significando os aspectos espirituais de uma comunidade. Já na França o termo utilizado é *civilization*, referindo-se em especial aos feitos materiais de um grupo humano. O inglês Edward Tylor sintetiza os dois conceitos na palavra inglesa *culture*, estando embutidos nele crenças, costumes, leis morais, arte, e tudo que se refere à capacidade humana de aquisição de hábitos de toda natureza por parte de membros de uma comunidade ou de uma sociedade. Tylor, em 1871, conceitua cultura como sendo “todo o comportamento apreendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética” (p. 28). Kroeber, em 1917, define, de vez, a supremacia do cultural sobre o biológico. Assim, a comunicação seria o processo cultural responsável pela difusão das diferenças de comportamentos, costumes, construção e organização dos objetos no espaço. E essa cultura não teria como se expandir não fosse a linguagem em suas diversas acepções. E, em sendo a linguagem humana um produto da cultura, “não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral” (p. 52).

A consciência do ser humano se constitui a partir das experiências vividas em seu meio ambiente, através de cujos objetos se põe em contato e se relaciona com o mundo. A fenomenologia, estruturada por Husserl, vem para dizer que o sujeito não pode estar separado do objeto, observando-o como se ele (o sujeito) fosse um fenômeno à parte, neutro, que não tivesse liames e conexões com o objeto. Ambos estão intimamente ligados, e os objetos construídos pelo homem são o seu reflexo, assim como o homem o



é dos objetos que cria para sua melhor inserção e vivência no mundo. De acordo com Lencione (2003, p. 151) a fenomenologia se faz presente na Geografia em 1964, com o trabalho de Julian Welpert que, ao discutir a migração, insere em sua análise a dimensão subjetiva dos indivíduos estudados a fim de poder entender os motivos que os levaram a migrar.

Diegues Júnior (1960) faz um ensaio de classificação cultural do Brasil, a partir de regiões culturais. O autor considera região no sentido de um conjunto de pessoas que estão próximas pela unidade das relações espaciais, da economia e de características sociais, o que lhe daria um tipo próprio de cultura, diferindo de uma região para outra. Para o autor, as regiões culturais seriam “espaços territoriais definidos por certas características que dão unidade de idéias, de sentimentos, de estilos de vida a um grupo populacional” (p. 7). Na realidade, o autor toma como base de sua análise, a aplicação de um conceito de região cultural baseado nas relações entre o meio físico e as condições econômicas, caracterizando a cultura brasileira a partir do processo de ocupação humana. Divide as regiões culturais brasileiras em Nordeste agrário do litoral, Nordeste mediterrâneo, Amazônia, Centro-Oeste, Extremo Sul, de colonização estrangeira, a do café e a da faixa industrial, tendo como base as características étnicas, sociais e econômicas. Sintetizando seu estudo, apresentamos a seguir um quadro que resume sua idéia.

Regiões culturais brasileiras

Regiões culturais	Características do ponto de vista:		
	Étnico	Social	Econômico
Nordeste agrário do litoral	Mestiçagem maior entre brancos e negros (mulato).	Função social, econômica, demográfica e política da casa grande, símbolo do engenho de açúcar.	Economia açucareira, a princípio com o engenho e depois com a usina. Responsável principal pela formação da sociedade agrária, de linhas aristocráticas, de características patriarcais.
Nordeste Mediterrâneo	Aberto à ocupação humana com a expansão das correntes litorâneas. A sociedade que se forma tem no vaqueiro o seu tipo humano característico. Mestiçagem entre brancos e índios (mameluco).	Os currais e depois as fazendas de criação representam o principal centro social.	Economia baseada na pecuária.

(continua)



(conclusão)

Regiões culturais	Características do ponto de vista:		
	Étnico	Social	Econômico
Amazônia	A presença do indígena é básica	O seringueiro - o centro social mais expressivo, com a exploração da borracha; a floresta e a água influem na formação de mitos e crenças, e na rarefação demográfica.	Extrativismo, a princípio de drogas e depois da borracha.
Centro-Oeste	Ocupação humana iniciada com a mineração, de breve esplendor. O elemento humano predominante é o português, mestiçado com o indígena.	Áreas de extração mineral, mais tarde fazendas e pequenos sítios como centros sociais.	Mineração, depois extração da erva-mate, gado, pequena agricultura.
Extremo Sul	Sua formação decorre da expansão de correntes paulistas, nordestinos e fluminenses e de ilhéus, vindos no século XVIII.	A estância é o núcleo social mais característico e expressivo. Aqui surge o gaúcho, tipo humano e social definido.	Pecuária - sua principal atividade econômica; persiste apesar da diversificação
A de colonização estrangeira	Formada por correntes imigratórias, inicialmente alemães e italianos, depois poloneses, russos, árabes, e mais tarde suábios, holandeses e japoneses. Elas ocupam faixas vazias do extremo sul (RS, SC, PR).	Características culturais não portuguesas.	Economia baseada na lavoura de base familiar.
A do Café	Trabalho escravo no período da exploração cafeeira (RJ, MG e parte de SP); trabalho livre do imigrante do sul de MG e parte de São Paulo.	A fazenda de café é seu núcleo característico, dela irradiando-se a influência social e política; daí saíram os barões do café, ministros, senadores do império.	Economia agrícola baseada em grandes fazendas de café.
Faixa industrial	Surgida sobre zonas de antiga ocupação cafeeira	Transformações sociais surgidas pela ocupação das indústrias nas antigas áreas cafeeiras.	Economia baseada nas indústrias implantadas com o capital proveniente do café.

Fonte: DIÉGUES JÚNIOR, 1960 p. 20-22

Elaboração: Lurdes Bertol Rocha



Além das regiões culturais do quadro acima, o autor apresenta outras três, ainda não consolidadas como independentes: a marcada pelo cacau no sul da Bahia; a região sal, em parte do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro; e aqueça da pesca na faixa litorânea, onde se fixaram populações ligadas à vida do mar (p. 22).

Como se observa, o autor em pauta leva em conta os aspectos materiais como sendo os mais importantes componentes que definem uma cultura, localizada num espaço euclidiano, com fronteiras bem definidas, caracterizando a influência do positivismo na Geografia à época em que é feito o estudo.

A transformação na forma de analisar os fatos culturais a partir da década de 1970, ocorre devido à constatação de que a organização social dos grupos humanos, sua vida, seu dia-a-dia, não são reflexos puramente materiais, mas expressam também sua dimensão psicológica, suas crenças, suas atividades mentais, enfim, a forma como percebem o mundo de sua vivência e de sua experiência.

Existem alguns (pré)conceitos culturais que vêm de muito longe no tempo e que se cristalizaram na mente de muitas pessoas, difíceis de serem expurgados, apesar do avanço da ciência, da técnica, da informação. Dentro dessa lista estão as idéias do índio indolente, da preguiça do brasileiro herdada do negro, do judeu comerciante e avaro, dos japoneses trabalhadores e traiçoeiros, da inteligência superior dos nórdicos, da superioridade do sexo masculino, da fragilidade do sexo feminino, entre tantos outros. Isto constituiria o determinismo biológico. Os antropólogos, todavia, estão convencidos de que “as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais” (LARAIA, 2004, p. 17). Mas existe também o determinismo geográfico. Este consiste, no final do século XIX, em considerar que “as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural (...) explicações existentes desde a Antigüidade, do tipo das formuladas por Pollio, Ibn Khaldun, Bodin e outros” (p. 21).

Com relação à identidade cultural, Hall (2003) distingue três conceitos que se processaram ao longo do tempo: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo é baseado num indivíduo centrado, unificado, um sujeito que, do nascimento à morte, é o mesmo. O sujeito sociológico “refletia a crescente complexidade do mundo moderno (...) formado na relação com outras pessoas importantes para ele” (p. 11). O sujeito pós-moderno, ao contrário do sujeito do Iluminismo, não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. Essa identidade é “definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (p. 13). Dessa forma, para Hall, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (ibidem).

É possível concordar com o conceito de identidade cultural do sujeito pós-moderno apresentado por Hall, em parte, tendo em vista a rápida difusão das idéias, dos costumes, do consumo, chegados a qualquer grupo humano de qualquer canto do planeta que tenha acesso às tecnologias modernas. No entanto, cada povo mantém elementos culturais que lhe são específicos, como a língua, costumes locais, crenças, formas de encarar a vida. Contudo, rapidamente, alguns costumes (monogamia, direitos iguais entre homens e mulheres), língua (inglês), crenças religiosas (tolerância), idéias



políticas (democracia, por exemplo), se impõem, cada vez mais, no mundo como um todo. Portanto, acredita-se que hoje seja raro encontrar um grupo humano com uma identidade cultural única, ímpar, totalmente livre de influências de outras sociedades humanas, mas, por outro lado, não há como negar a diversidade cultural entre os povos, o que os torna únicos, apesar da globalização.

MUNDO-VIVIDO

A França foi o país onde se começa a estudar os espaços vividos de forma independente, desvinculado do humanismo fenomenológico anglo-saxão. Gomes (1996, p. 317) escreve que as bases dos estudos do espaço-vivido, também chamado de mundo-vivido, estão na escola francesa de Geografia, sobretudo em Vidal de La Blache e Deffontaines. Segundo o mesmo autor, foi Frémont que estudou as regiões sob o ângulo do espaço vivido, tornando-o uma dimensão da experiência humana dos lugares. Daí o espaço vivido ser “compreendido como um espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circulam neste espaço” (p. 319). Esta forma de pensar o espaço geográfico é também encontrada na corrente fenomenológica, cujas primeiras referências se encontram em Sauer, sem, no entanto, ter utilizado a expressão que o caracterizasse como engajado nesta corrente. Somente a partir dos anos 1970, Relph (1979) e Yi-Fu-Tuan (1980; 1983) aplicam os conceitos de fenomenologia à Geografia de forma mais clara.

Para Relph (1979), o mundo-vivido se apresenta sob três aspectos: natural, social ou cultural e geográfico. O mundo-vivido natural é pré-determinado, onde coisas, formas e pessoas possuem modos variantes e sentimentos. Este mundo é visto e sentido pelas pessoas, no qual elas estão apenas implicadas numa situação que lhes é dada. É o mundo real do espetáculo, presente e não representado. O mundo-vivido social ou cultural é constituído pelos seres humanos, suas ações, seus interesses, seu trabalho, suas lutas, seu cotidiano. É o mundo onde as pessoas se inter-relacionam, fazem uso de uma linguagem comum, relacionam-se com instituições sociais, culturais, edifícios, obras de arte, enfim, fazem parte de um mundo que não é pré-determinado, mas vai se fazendo de acordo com os acontecimentos da sociedade em sua intersubjetividade e sua interconexão com o meio ambiente. Citando Husserl (p. 6), este mundo-vivido compreende “os seres humanos com toda a ação e interesse humanos, trabalhos e sofrimentos”. Relph complementa, afirmando que “o mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos mas como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como focos de seu interesse” (p. 7). O mundo-vivido geográfico é formado tanto do mundo natural quanto do construído pelo homem, constituindo-se em seu ambiente que “provê sustento e uma moldura para a existência” (p.7). O mundo-vivido geográfico, segundo Relph, é o mundo dos espaços, das paisagens, dos lugares, onde a vida cotidiana se faz, se manifesta e se perpetua. Concordando com Dardel (p. 7), questiona: “na análise final, a geografia não é um modo particular de sermos inspirados pela terra, pelo mar, pela distância, de sermos dominados pelas montanhas, guiados por direções e tornada real pela paisagem?” Em resumo, o mundo vivido se apresenta conforme o quadro abaixo:



Mundos-vividos natural, social ou cultural e geográfico

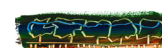
Natural	Social ou cultural	Geográfico
Mundo pré-determinado ou natural de coisas, formas ou de pessoas. Mundo que vemos e sentimos, mas no qual estamos apenas inseridos. A experiência que se tem nele não é delimitada como numa obra de arte: “não há moldura, nem é fixa, e a luz muda e as nuvens passam.”	Compreende os seres humanos com toda ação e interesse humanos, trabalhos e sofrimentos. Mundo da intersubjetividade, linguagem comum, contato com outras pessoas, edifícios e obras de arte. Mundo de tudo que não é meramente pré-determinado mas usado, transformado e manipulado. “(…) não tenho apenas um mundo físico, não vivo apenas no meio da terra, ar, e água, tenho em torno de mim estradas, plantações, cidades, ruas, igrejas, implementos, um sino, uma colher, um cachimbo...” (Merleau-Ponty, 1962). p. 6 O mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos mas como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como focos de seu interesse.	Mundo experienciado como cenário, tanto o natural como o construído pelo homem, e como ambiente que provê sustento e moldura para a existência “É nos lugares onde vive e através do manejo dos campos, rios e pradarias, no curso de sua vida e no movimento de coisas e pessoas, que o homem externa sua relação fundamental com a Terra”. (Dardel, 1952). p. 7. “A Geografia não é um modo particular de sermos inspirados pela terra, pelo mar, pela distância, de sermos dominados pelas montanhas, guiados por direções e tornada real pela paisagem?” (Dardel, 1952). p. 7.

Fonte: RELPH, 1979, p. 1-25.

Elaboração: Lurdes Bertol Rocha

O mundo-vivido seria, portanto, tudo aquilo que se desenvolve no espaço-geográfico, formado pelas pessoas, pelos objetos, pelas relações intersubjetivas e com as coisas, as instituições, os fluxos que levam mercadorias, idéias, pessoas, informações. Este mundo-vivido geográfico tanto pode ser o de uma rua, de uma cidade, de uma paisagem.

Segundo Relph (1980, p. 4), “os fundamentos do conhecimento geográfico repousam na experiência direta e da conscientização do mundo em que vivemos”. Citando David Lowenthal, diz que “qualquer um que examine o mundo ao seu redor é, de alguma forma, um geógrafo”, já que desenvolve uma epistemologia geográfica, a qual é fundada nas experiências diretas, memória, fantasia, circunstâncias presentes e propósitos futuros (ibidem). Isto se constituiria no mundo-vivido, cujo estudo é feito, na Geografia, pelo viés da Fenomenologia, corrente filosófica que procura “levantar as experiências



concretas do homem e encontrar nestas experiências uma orientação que não as limite a uma simples sucessão” (HOLZER, 1997, p. 78).

Em resumo, para Relph (1980, p. 61), a identidade do lugar é formada de três componentes inter-relacionados: características físicas ou aparências, atividades observáveis e significados ou símbolos. Seguindo na mesma linha, para Tuan (1983), o mundo geográfico é formado pela inter-relação do espaço como experienciado, paisagem como a superfície que limita o espaço e o lugar como centro de significados no espaço e paisagem.

TERRITÓRIO. TERRITORIALIDADE

Território, territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, são palavras e/ou conceitos que, ao longo do tempo mudaram, transformaram, contradisseram, renovaram, ampliaram seu significado. Apesar de toda essa dança, a raiz da palavra é uma só: terra. Mas a palavra terra também sofreu os mesmos processos de mudanças de significado. Aliás, como tudo na vida de qualquer coisa que tenha existência material ou não.

Espaço, território, territorialidade são conceitos polissêmicos. O histórico de seu uso tem mudado ao longo do tempo e das ciências que os utilizam. No caso das reformulações feitas na Geografia nos Estados Unidos e na França a partir de década de 1970, e no Brasil, na década de 1980, novas abordagens filosóficas são introduzidas, em especial a abordagem fenomenológica e a marxista, quando se enfatizam as “investigações mais materiais, valorizando as perspectivas individual, cultural e, em termos mais gerais, a social” (MACHADO, 1997, p. 23).

Enquanto para a etologia território é uma área fechada, delimitada por fronteiras, de dominação exclusiva de membros específicos de uma determinada espécie animal, para as sociedades humanas o território não é necessariamente fechado nem contínuo, e nem leva a um comportamento único e estável (BONNEMAISON, apud HOLZER, op. cit. p. 83). O território envolve não só o aspecto físico ou material, mas também tudo aquilo que uma sociedade “pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial” (MACHADO, op. cit. p. 26). Em outros termos, o território é concebido como um produto da história da sociedade, e, em sendo assim, está sempre em processo de mudança.

A expressão território e seus correlatos, constituem-se em termos utilizados tanto pelas Ciências Sociais quanto pelas Ciências Naturais. O termo território passou a ser um conceito científico a partir do momento em que os ornitólogos definiram territorialidade como sendo a conduta que um organismo toma para definir e tomar posse de um território, defendendo-o contra possíveis invasores de sua própria espécie.

Há tempos em que o uso do conceito território está no auge. Na atualidade o termo território está em voga, disputando com região, lugar, espaço. No entanto, é necessário ter um olhar mais acurado para não tomar um termo pelo outro, já que cada



um, dentro da ciência geográfica, tem um significado específico, portanto, seu lugar bem demarcado.

Na biologia, território é o espaço de domínio de um determinado animal que o exerce de forma mais intensa no centro, diminuindo seu poder na periferia, onde começa o de outro animal. Na ciência geográfica, seu uso começou a partir do final do século XIX, com Friedrich Ratzel, que se preocupa com o papel do Estado no controle do território; por Elisée Reclus, no estabelecimento das relações entre as classes sociais e a ocupação e dominação do território (ANDRADE, 1994, p. 213).

O termo território, de maneira geral, é utilizado para indicar domínio ou gestão de uma determinada área. Nesse caso, não pode ser confundido com lugar, que pressupõe afetividade, pertencimento, toponímia; não pode ser confundido com região, que se refere à administração e/ou área onde predomina determinada cultura agrícola, pecuária, indústria, etc; nem pode ser confundido com espaço, que se refere ao *locus* onde os fatos sociais, políticos, culturais, religiosos, naturais, etc. ocorrem, seja na forma de território, de lugar, de região. Espaço, como escreveu Kant, citado por Reynaud (1986, p. 6):

é uma representação necessária *a priori*, que serve de fundamento a todas as percepções exteriores. (...) O espaço é considerado como a condição de ocorrência de fenômenos, não como uma determinação dependente deles, e constitui uma representação *a priori* que serve de fundamento, de uma maneira necessária, aos fenômenos exteriores.

O território, em si, não é uma categoria de análise. O que o constitui como tal é o território utilizado, ou seja, o espaço geográfico. Na análise do território usado deve-se levar em conta a materialidade, incluindo aí a natureza e o uso que é feito dela pelas sociedades humanas através do trabalho e da política. No território leva-se em conta, também, os fixos (o que é imóvel) e os fluxos (o que é móvel), de acordo com Santos e Silveira (2001, p. 247). E, para Milton Santos (1994, p. 15), no território “o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida”.

O território pode ser considerado como um conjunto de sistemas naturais acrescidos dos fenômenos históricos materiais impostos pelo homem. É formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, mais as bases técnicas e as práticas sociais. Os acréscimos são destinados a permitir, em cada época, uma nova modernização, que é sempre seletiva. Por exemplo, o acréscimo das ferrovias na segunda metade do século XIX e as infovias, hoje. A partir do Estado Moderno tudo isso constituiu-se como base da soberania nacional e da competição entre as nações. Com a globalização, o território passa a ter mais importância ainda, pois o mundo possibilita multiplicar a produtividade com as técnicas contemporâneas através dos lugares conhecidos em sua realidade material e política, sendo que os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor.

Na leitura da análise crítica, território implica, não apenas na ocupação, mas na apropriação, pois apropriar-se do território, é ter a prerrogativa do controle, do domínio sobre determinada área. Para a Geografia Crítica, o valor do espaço territorializado é o direito do valor do uso e do controle desse espaço. Por essa razão, o MST usa o território como categoria de análise, porque para o movimento, a questão não é distribuir



propriedades, mas é o direito do controle, da apropriação, do uso. No caso da cultura como identidade territorial, a forma de conceber território muda, pois ele passa a ser o lugar da vivência, da experiência, do mundo-vivido.

Bonnemaison e Cambrezy (1996, p. 7) mostram os conceitos de território cartesiano e da pós-modernidade. Segundo os autores, o território cartesiano “é uma entidade, uma parte situada no espaço (lugar) situado dentro de um espaço fechado, um polígono formado de fronteiras”. Na pós-modernidade o território tem o sentido de pertencimento, que resulta da representação e da identidade cultural e não mais da posição de uma área fechada por fronteiras. É diferente do território ratzeliano, pois o que define o território é a identidade cultural. Nessa concepção, de cunho histórico, é a cultura que define o vivido.

A percepção espacial faz parte da dimensão de complexos de imagens que as pessoas fazem de seu entorno. Como consequência dessa percepção, surge a territorialidade, a qual varia de acordo com o condicionamento cultural, meio social e atitudes políticas e motivações ideológicas, segundo Sanguin (1977, p. 46). Para este autor, a territorialidade é veiculada às crianças e aos jovens pelo ensino de História e Geografia, que os leva a ter mapas mentais distintos do território nacional. Assim, por exemplo, quando as crianças americanas cantam *This Land is my Land*, esta música, fazendo parte da cultura popular, carrega em si um antigo fundo político. O autor afirma ainda que “os símbolos territoriais se estendem pelas subdivisões do Estado” (p. 50), dando o exemplo da entoação de *Home means Nevada*, pelos habitantes de Nevada, Estados Unidos.

No caso do Brasil, pode-se citar o Hino Nacional, entoado pelos brasileiros, como símbolo de orgulho e pertencimento a seu território. Ou, quando se ouve ou se canta a Aquarela brasileira, principalmente se se está no exterior. Alguns ícones/símbolos brasileiros dão a identidade de um determinado lugar, levando de imediato, assim que se o vê, àquele território ao qual ele representa, surgindo em seus habitantes o sentimento de pertencimento: a imagem do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro; as procissões do Círio de Nazaré, no Pará; as baianas do acarajé, na Bahia; a festa do Bumba-meu-boi, com dois grupos que disputam o prêmio de melhor performance, representados pelos bois Garantido e Caprichoso, no Amazonas, as danças folclóricas do Rio Grande do Sul, entre tantas outras manifestações da identidade cultural no Brasil. E nos estados brasileiros, as crianças entoam cantos referentes a eles, ou reverenciam bandeiras, escudos, os quais se constituem em símbolos de seu pertencimento àquele território.

Pelo olhar dos cidadãos de qualquer país, de qualquer estado ou de qualquer comunidade, sejam quais forem suas crenças, suas leis, seus costumes, suas instituições, a “territorialidade tem um sentido profundo de pertencimento e de permanência” (Sanguin, op. cit., p. 50). No entanto, quando a territorialidade significa segregação religiosa, étnica ou cultural, como no caso dos cristãos e protestantes em Ulster, dos curdos no Iraque e dos índios no Brasil, os problemas sociais se agravam e muitas vezes a intervenção do poder do Estado traz problemas difíceis de serem solucionados, havendo às vezes, tentativas de extermínio, como foi o caso dos curdos.



FINALIZANDO O ARTIGO

Na Geografia Cultural, território não é categoria enquanto elemento de apropriação. É diferente do território ratzeliano. É diferente do território dentro da análise da Geografia Crítica, em que o vivido é definido pelas relações de trabalho que englobam a existência e a subsistência. Quem define o território, na concepção pós-moderna, é a identidade cultural. Nessa acepção, território é o lugar do vivido a partir do percebido e do concebido, ou, em outras palavras, o lugar é concebido a partir do vivido. Para se entender o território, busca-se analisar a identidade cultural através do coletivo de suas festas, seus ritos, seus mitos, suas crenças, no simbólico, enfim, na sua história. Cultura, aqui, é definida pelas relações históricas de um povo, que dão sentido ao mundo-vivido num território que se torna lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manoel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hicitec – Anpur, 1994. p. 213-220.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. Le lien territorial entre frontières et identités. **Géographie et culture**. Le territoire. Paris, n. 20, p. 7-18, hiver 1996.

CLAVAL, P. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORRÊA R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DIEGUES JÚNIOR, M. **Regiões culturais do Brasil**. São Paulo: INEP, 1960.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem, lugar, território e meio ambiente. **TERRITÓRIO**. Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2004.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.



MACHADO, M. S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. **GEO UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, n. 1, p. 17-32, jan. 1997.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**. Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.

_____. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1980.

REYNOUD, Alain. A noção de espaço em Geografia. In: REYNAUD, A. et al. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 5-23.

SANGUIN, A-L. **La géographie politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território**. Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. A. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar**. A perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

WAGENER, Ph. L.; MIKESEL L, M. W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-61.

